

**EDITAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG

Torna-se público que o Município de São Gotardo, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco nº. 13, Centro, São Gotardo – MG, CNPJ nº. 18.602.037/0001-55, isenta de inscrição estadual, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria de nº. 001/2024, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda se aplicam as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO APARELHO ANALISADOR HEMATOLÓGICO, EM REGIME DE COMODATO PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO”**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**
- **FORMA DE FORNECIMENTO:** Parcelado/ Continuado
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/07/2024 as 12:30 horas**
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br

- **TELEFONE E E-EMAIL PARA CONTATO:** (34)3671 -7127 /licitacaosg@gmail.com
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:** PLATAFORMA DIGITAL – WWW.LICITANET.COM.BR.
- **LICITAÇÃO COM DIVISÃO DE COTA(S) AMPLA(S) E COTA(S) RESERVADA(S)/LOTES EXCLUSIVOS PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06: NÃO**
- **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA BENEFICIÁRIOS LC 123/06: NÃO**
- **LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO: SIM**

2.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência que integram o edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as micro-empresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.3. Não poderão disputar esta licitação:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica,

quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 NÃO TEM ESSES ITENS poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e Erro! Fonte de referência não encontrada. deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções

previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no

sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade, devendo respeitar quantitativo de cada item especificado no Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, as Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados

com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05(cinco) centavos**.

6.8.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento

deste prazo.

6.10.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.11, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for

recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem

anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do

primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/CEIS>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/CNEP>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram

utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus

respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa

aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2(duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Pregoeiro .

8.13. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente

para o envio dos documentos exigidos.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

A. Ato Constitutivo;

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -

EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede,

acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

B. Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

C. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

D. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT

conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

E. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

F. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

G. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

H. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

H.1. A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

8.18. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa

tempestiva e aceita pela Pregoeira, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

8.19. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

8.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

8.23. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

8.24. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, inclusive nos Editais destinados exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser apresentada a declaração constante do ANEXO VII, juntamente com a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL competente, emitida nos últimos 90 dias, comprovando ser a licitante, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para participar do certame nesta condição, quando for o caso, (a falta desta certidão não inabilita a empresa, porém, a mesma perde o direito do benefício da Lei Complementar nº. 123/2006).

8.25. Quando o documento não contiver de forma expressa o prazo de sua validade, será esse considerado como 90 (noventa) dias contados de sua expedição/emissão.

09. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou

inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio

eletrônico www.licitanet.com.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 63, de 2023, bem como da Lei 14.133/21 sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

11.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail licitacoesg@gmail.com, pelo site www.licitanet.com.br ou ser entregues diretamente no Sala do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gotardo na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

11.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

11.2.2. O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente ser anexado na plataforma www.licitanet.com.br.

11.3. O Pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

11.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas diretamente no “site” www.licitanet.com.br correspondente a este edital e no “site”

www.saogotardo.mg.gov.br da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

11.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

11.6. Em caso de indisponibilidade do sistema, os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados pelo e-mail licitacao@gmail.com, com mesmo prazo e requisitos indicados, devendo o interessado confirmar o recebimento com a equipe de pregoão.

12. DA RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

12.1. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB N° 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA n° 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB N° 1234.

12.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB N° 1234.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o

princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.10. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de São Gotardo/MG.

13.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.10.1. ANEXO I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;

13.10.2. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

13.10.3. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

13.10.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

13.10.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em

outras normas específicas;

13.10.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

13.10.7. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

13.10.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

13.10.9. ANEXO IX – Minuta do Contrato

São Gotardo/MG , 20 de junho de 2024

DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: GABRIELA ALVES CASTRO DOS SANTOS

MODALIDADE DO PROCESSO: PREGÃO ELETRONICO

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para locação do aparelho analisador hematológico, em regime de comodato para o Laboratório Municipal de São Gotardo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3 O(s) serviço(s) a serem contratados foram parcelados, na forma do art.40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

DESCRIÇÃO				
Seq.	Código	Qtde	Un	Descrição
01	38.582	01	UN	ANALISADOR HEMATOLOGIA 5 PARTES COM CARREGAMENTO AUTOMÁTICO, COM FORNECIAMENTO DE REAGENTES, CONTROLES E PERIFÉRICOS. Realização de 3000 testes/mês.

1.3 DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1 Contrato poderá ter vigência de 05 (cinco) anos contados da assinatura, conforme previsto no art. 106 da Lei 14.133/2021, sendo que o fornecimento descrito no objeto foi definido como contínuo. O contrato poderá ser prorrogado desde que respeitado o prazo máximo decenal

previsto na Lei n. 14.1333/2021.

1.3.2 Sob o viés econômico ao realizarmos o contrato plurianual em detrimento de um contrato pelo período de 12 meses, temos como uma das principais vantagens a obtenção de preços mais baixos para a Administração, uma vez que os fornecedores sabendo que terão um relacionamento de longo prazo ficam mais propensos a oferecer preços melhores, o que resulta inclusive em um menor reajuste anual se comparado ao mercado. Conforme ficou demonstrado através do Estudo Técnico Preliminar o custo estimado é de R\$ 9.083,33 (nove mil, oitenta três reais e trinta três centavos), o qual poderá ser utilizado de forma fracionada num período máximo de 12 (doze) meses.

1.3.3 O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Vistoria

4.1.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo

assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 17 horas.

4.1.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.4 Toda infraestrutura (elétrica, hidráulica, rede lógica, etc...) necessária para a instalação, deverá ser previamente avaliada e descrita em relatório pela empresa contratada, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, antes da entrega e no prazo de 07 (sete) dias corridos após a assinatura do Contrato Administrativo, para que o laboratório tenha tempo de providenciar as adequações necessárias. Para tanto, a empresa deverá enviar ao laboratório, um técnico habilitado para avaliação e levantamento das necessidades.

4.1.5 Realizadas as melhorias, conforme disposição no subitem anterior, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá a Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) à proponente vencedora.

4.1.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.2. Da amostra

4.2.1 Não será necessário apresentação de amostra

4.3. Subcontratação

4.3.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada

pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.4. Da participação de consórcios:

4.4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regime de execução: empreitada por preço global

5.2. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto, bem como condições de garantia do serviço, encontram-se no ERP.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 63, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá

convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 63, de 2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. A Secretária Municipal de Saúde, juntamente com a coordenadora do laboratório atuará como gestor/fiscal do contrato.

6.8. Compete a Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a coordenadora do laboratório, a fiscalização e acompanhamento do presente Contrato, incluindo a qualidade do atendimento e qualidade do produto fornecido. Será designado um servidor (a) responsável pelo laboratório, devidamente autorizado a solicitar o setor de compras a lista de mercadoria em forma de memorando.

6.9. Compete ao Setor de Compras expedir a nota autorização de fornecimento (NAF) à contratada.

6.10. Cabe à coordenadora responsável pelo laboratório, o recebimento da mercadoria a conferência do produto e nota fiscal.

6.11. O setor responsável pelo recebimento (coordenadora do laboratório) da mercadoria deverá encaminhar a nota fiscal devidamente liquidada ao setor de contabilidade desta prefeitura.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da correta execução do serviço e consequente aceitação mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.1 Os materiais/serviços deverão ser entregues na sede do Laboratório Municipal de São Gotardo, situado na Rua Pinheiro Machado, 31, Centro, São Gotardo -MG.

7.1.2 A contratada deverá efetuar as entregas dos matérias/serviço de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e em perfeitas condições de uso, a partir do momento que os sejam solicitados pelo fiscal de contrato, nas quantidades solicitadas correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes tais como: transporte, impostos, mão-de-obra, serviços terceirizados, embalagens e etc.

7.2. Prazo de faturamento/pagamento

7.2.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o devido protocolo da nota fiscal no Departamento de Contabilidade desta Prefeitura Municipal;

7.2.2 A nota fiscal deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

7.2.3 O Departamento de Contabilidade da Prefeitura de São Gotardo, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

7.3. Forma de pagamento

7.3.1 O pagamento devido pela Prefeitura de São Gotardo será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

7.3.2 Dos valores a serem pagos à Contratada, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da Lei.

7.3.3 Contratante exigirá da Contratada, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à Nota Fiscal, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho.

7.3.4 Caso a Contratada goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração.

7.3.5 Após apresentada a referida comprovação, a Contratada ficará responsável por comunicar ao Contratante qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do Ajuste.

7.3.6 A documentação mencionada acima, que é imprescindível para a efetivação do pagamento, deverá ser fornecida juntamente com a Nota Fiscal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento menor preço global.

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO GLOBAL].

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1 De acordo com o art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021

8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta

8.3.1. A proposta de preços deverá conter:

8.3.1.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.1.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.1.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

8.3.1.4. Valor global do serviço, discriminando o valor mensal/unitário e total;

8.3.1.4.1. O valor mensal/unitário deve ser apresentado em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.1.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.1.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade de meses /quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada grupo/lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.3.1.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

8.4. Qualificação Técnica

8.4.1. O Equipamento a serem apresentados pela empresa vencedora deverão ter certificado ANVISA;

8.4.2. Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, objeto igual ou semelhante ao indicado na Requisição de Pregão Eletrônico. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto da licitação.

8.4.3. Autorização de funcionamento, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador;

8.4.4. Licença de funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde estadual ou Municipal, da sede

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1 A Contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pela Prefeitura Municipal, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

9.1.2 Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o objeto deste Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista neste tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO.

9.1.3 Manter entendimentos com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, objetivando evitar transtornos e atrasos na entrega dos produtos.

9.1.4 Manter, durante o período do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

9.1.5 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;

9.1.6 Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

9.1.7 Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da

Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

9.1.8 Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade.

9.1.9 Providenciar a substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do(s) produtos(s) que apresentarem defeito, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.10 Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

9.1.11 A empresa contratada para o fornecimento dos testes, deverá fornecer material para aproximadamente 3.000 testes por mês;

9.1.12 O analisador hematológico, cedido através de comodato, deverá ser totalmente novo, com embalagem lacrada, instalado e calibrado;

9.1.13 A empresa contratada deverá entregar o aparelho no local indicado, montado e instalado, com treinamento para toda equipe.

9.2.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2.1 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da compra, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

9.2.2 Emitir, por meio do Setor de Compras, Pedido de Compra;

9.2.3 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

9.2.4 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

9.2.5 Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir sua obrigação dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;

9.2.6 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Para a presente contratação será necessário ainda, o seguinte:

9.3. A empresa deverá fornecer um analisador hematológico NOVO (comprovado por documentação), de BANCADA e totalmente automatizado EM REGIME DE COMODATO

SEM CUSTO ADICIONAL contendo:

9.4 Comodato para realização de 3.000 hemogramas completos/mês, incluindo reagentes, calibradores e os controles, para o período 01 (um) ano, podendo ser prorrogado para 5 (cinco) anos, se todas as condições forem atendidas.

9.5 Controles e calibradores para a quantidade de testes solicitados.

9.6 Fornecimento dos calibradores necessários para o funcionamento do equipamento no momento da instalação e toda vez que for necessária a calibração do mesmo, por motivos diversos.

9.7 Fornecimento dos controles em pelo menos dois níveis (normal e patológico), para realização do controle de qualidade uma vez ao dia.

9.8 Reagentes da mesma marca do equipamento, para a quantidade de testes solicitados.

9.9 O analisador hematológico deverá possuir as seguintes características e desempenho:

9.9.1 Análise de diferencial leucocitária em 5 (cinco) partes, incluindo células grandes imaturas.

9.9.2. Possuir no mínimo 27 parâmetros, incluindo: • WBC • RBC • HGB • HCT • MCV • MCH • MCHC • PLT • NEUT% • LYMPH% • MONO% • EO% • BASO% • NEUT# • LYMPH# • MONO# • EO# • BASO# • RDW-SD • RDW-CV • PDW* • MPV • PCT* • P-LCR*

9.9.3. Tecnologia de Citometria de Fluxo para WBC (leucócitos).

5.2.4. Detecção por impedância para RBC (hemácias) e PLT (plaquetas).

9.9.5. Dosagem de hemoglobina (HGB) por espectrofotometria, livre de cianeto.

9.9.6. Sistema de carregamento contínuo, aspiração de amostras em tubos fechados ou abertos e homogeneização automática (auto- sampler) para no mínimo, 40 amostras simultâneas, e com sistema opcional de aspiração de amostra (modo manual).

9.9.7. Velocidade mínima de processamento de 40 testes/hora.

9.9.8. Opção de modo STAT para amostras urgentes.

9.9.9. Armazenamento de dados de no mínimo 10.000 resultados, incluindo gráficos.

9.9.10. Sistemas de alarmes (flags) para resultados patológicos.

9.9.11. Sistema de monitoramento de controle de qualidade interno através dos gráficos de Levey-Jennings, armazenamento de curvas de calibração e dados de controles de qualidade.

- 9.9.12. Tela touch screen colorida acoplada ao equipamento ou tela LCD colorida em computador ligado ao equipamento.
- 9.9.13. Leitor de código de barras para amostras em sistema fechado e aberto, com leitura feita pelo equipamento, sem a necessidade da manipulação do usuário, com opcional de cadastro manual.
- 9.9.14. Limpeza automática da agulha de aspiração de amostra.
- 9.9.15. Fornecer gráfico de dispersão e distribuição celular de todas as séries analisadas e alertas qualitativos e quantitativos relacionados aos tipos celulares.
- 9.9.16. Operacionalização e controle total do analisador deve ser gerenciado pela plataforma Windows ou pela Linux.
- 9.9.17. O computador ligado ao equipamento deverá permitir acesso remoto.
- 9.9.18. Alimentação rede elétrica: 100-240V.
- 9.9.19. Deve permitir a identificação completa das amostras com nome, nº do paciente, via teclado alfanumérico e por leitor de código de barras, orientado por amostras com identificação positiva das mesmas com envio desta informação para a interface.
- 9.10. O fabricante do equipamento terá que ter CBPF – Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.
- 9.11. O analisador hematológico deve vir acompanhado de etiquetadora de código de barras, impressora externa, monitor LCD, teclado, mouse, computador cpu/integrado com sistema operacional compatível com o aparelho, nobreak que suporte carga de no mínimo 03 (três) horas em caso de falta de energia no laboratório. Fornecer monitor, computador, mouse, teclado e nobreak para o uso do sistema de interfaceamento no setor de hematologia do Laboratório Municipal de São Gotardo, totalizando 02 computadores.
- 9.12 A vencedora deverá custear o sistema de interfaceamento bidirecional de amostras e resultados dos hemogramas, e o mesmo, deverá ser compatível com os demais equipamentos que utilizam o sistema no Laboratório Municipal de São Gotardo. A empresa fornecedora deverá operacionalizar todo o interfaceamento, desde a geração de etiquetas de código de barras para os hemogramas, até o resultado final a ser interfaceado para o sistema gerencial em uso

pela Secretaria Municipal de Saúde.

Validação dos Exames

9.13. A validação dos exames deverá ser realizada após instalação completa dos sistemas analíticos no Laboratório Municipal de São Gotardo. Toda logística referente a isto, é de responsabilidade da contratada, incluindo transporte de amostras a outros serviços dentro de condições pré-analíticas adequadas, se necessário.

9.14. Todos os exames que constam no menu deste processo devem ser validados por meio de protocolo de validação com, no mínimo, 50 (cinquenta) amostras.

9.15. O processo de validação, incluindo todos e quaisquer reagentes e consumíveis necessários, deverá ocorrer sem ônus para a contratante e com acompanhamento de assessor científico.

9.16. O processo de validação dos equipamentos deverá ser realizado por resultados obtidos no Laboratório Municipal de São Gotardo em comparação com automação idêntica à vencedora da licitação, consolidada em outro laboratório participante de Programa de Controle de Qualidade Externo / Ensaio de Proficiência pelo PNCQ.

9.17. A análise e julgamento final dos dados de validação é de responsabilidade da equipe técnica do Laboratório Municipal de São Gotardo.

Assistência Técnica / Manutenção

9.18. A contratada deverá realizar pelo menos 01 (uma) manutenção preventiva ao ano, sem custos a SMS.

9.19. A assistência técnica preventiva e corretiva referente ao analisador e seus periféricos deverá ter sede em MG, realizada por pessoal técnico capacitado e autorizado pelo fabricante do analisador, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante e em todo o período de funcionamento do Laboratório Municipal de São Gotardo em dias úteis, das 7h às 17h.

9.20. Sobre o software, a proponente vencedora deverá manter serviço de Suporte Técnico com pessoal tecnicamente capacitado para atendimento presencial, telefônico e para acesso remoto ao sistema, no período das 7h às 17h, todos os dias úteis.

9.21. A contratada deverá manter serviço de suporte telefônico ou online e atender à solicitação de assistência técnica ou assessoria científica dentro do prazo máximo de 02 (duas) horas a partir do horário de abertura do chamado.

9.22. Todas as despesas que se fizerem necessárias são por conta da empresa contratada, inclusive reposição de peças, se necessário. A contratada deverá preencher e entregar ao contratante “Relatório de Serviço” em todas as intervenções que fizer nos equipamentos e acompanhar a rotina para certificar-se de que o problema foi resolvido.

9.23. Em caso de descontinuidade do serviço, seja por necessidade de reparo do equipamento ou outra, a contratada deverá resolver o problema. Enquanto o equipamento e/ou periféricos não estiverem funcionando, a empresa contratada deverá assumir o ônus total, bem como a logística adequada de envio de amostras para realização dos exames contratados em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo - MG, a partir de indicações da Secretaria Municipal de Saúde e prévia aprovação da Coordenação do Laboratório Municipal, no valor da tabela SIGTAP/SUS para o exame de hemograma.

9.24. Caso extrapole o prazo de 07 (sete) dias corridos, a empresa deverá substituir o equipamento com problemas por novo equipamento idêntico e em condições adequadas de uso (incluindo processo de validação), e enquanto se procede e conclui-se a instalação, assumir o ônus total e logística adequada de envio de amostras para realização dos exames contratados em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo, a partir de indicações da SMS e prévia aprovação da Coordenação do Laboratório Municipal.

Entregas e Embalagens

9.25. A programação das entregas de materiais, reagentes e insumos em geral deve ser de acordo com a solicitação e demanda do Laboratório Municipal de São Gotardo. A contratada deverá entregar todos os reagentes, controles, calibradores e insumos em até 10 (dez) dias corridos, após solicitação do Laboratório via e-mail, WhatsApp ou telefone.

9.26. A empresa deverá fornecer uma tabela referente a apresentação dos materiais e rendimentos (número de testes realizados por frasco ou embalagem de cada item). Em caso de

atraso ou descontinuidade de entrega de materiais por motivos pertinentes à logística de materiais da contratada e que acarretem demora além do prazo estabelecido, aplica-se a condição de que a contratada deverá assumir o ônus da realização dos exames em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo - MG, indicado pela SMS e previamente aprovado pela Coordenação do Laboratório Municipal.

9.27. Os insumos devem ser embalados, conforme a praxe do fabricante, de tal forma que garanta a integridade do produto, contendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e prazo de validade, instruções de uso, condições de armazenamento e registro no Ministério da Saúde e rotulado de acordo com a legislação em vigor.

9.28. Nos casos em que o produto licitado esteja em sua apresentação de embalagem mais reduzida, porém contenha quantitativo superior ao que possa ser consumido pelo Laboratório Municipal até a data de encerramento do prazo de validade determinado pelo fabricante, resultando em possível perda de insumo faturado, a contratada deverá ficar responsável por fazer troca prévia ou reposição dos insumos eventualmente vencidos.

9.29. Para trocas ou reposições dos insumos, não serão aceitos materiais com lacre violado ou apresentando quantidades alteradas em relação à embalagem original. De qualquer forma, tais situações deverão ser acordadas formalmente e com antecedência entre o fornecedor e a Coordenação do Laboratório.

9.30. Os equipamentos e periféricos deverão permanecer no Laboratório Municipal de São Gotardo até a completa utilização dos reagentes faturados, mesmo após vencimento do contrato.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 63, de 2023, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 A definição da estimativa de preços referenciais é baseada na tabela de preços praticados pelo fornecedor. O valor estimado da presente contratação de R\$ 108.999,96 (Cento e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), para um período de 12 (doze) meses, a consumir anualmente. O valor estimado mensal é de R\$ 9.083,33 (nove mil, oitenta e três reais e trinta e três centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 O desembolso para esta despesa, programa de trabalho e elemento de despesa está prescrito na dotação orçamentária abaixo:

FICHA: 00901- 02 010 002 10 302 0112 2249 33903900 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

FONTE 500, 600 OU 621

13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

13.1 Nos termos do art. 117 Lei n. 14.133/2021, será designado representante do Laboratório Municipal para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

13.3 É direito da fiscalização rejeitar quando entender que se encontra fora das especificações do Termo Contratual.

13.4 À fiscalização compete, dentre outras atribuições:

Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em

multas ou outras penalidades a serem aplicadas à Contratada;

Solicitar à Contratada ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do fornecimento;

Acompanhar, avaliar e atestar o recebimento entregues pelo Fornecedor, indicando as ocorrências que inviabilizem o recebimento;

Verificar a necessidade de aplicação das sanções administrativas;

Encaminhar à autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência; e,

Zelar para que o objeto do Ajuste seja fielmente executado conforme o pactuado.

14. LOCAL DE EXECUÇÃO

14.1 Os materiais/serviços deverão ser entregues na sede do Laboratório Municipal de São Gotardo, situado na Rua Pinheiro Machado, 31, Centro, São Gotardo -MG.

14.2 A contratada deverá efetuar as entregas dos matérias/serviço de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e em perfeitas condições de uso, a partir do momento que os sejam solicitados pelo fiscal de contrato, nas quantidades solicitadas correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes tais como: transporte, impostos, mão-de-obra, serviços terceirizados, embalagens e etc.

15. DO REAJUSTE

15.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

15.2 Considera-se data do orçamento estimado o mês da conclusão da pesquisa de preços definitiva que deu ensejo ao valor previsto para a contratação.

15.3 Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no período

compreendido entre o mês do orçamento estimado e o mês anterior ao seu aniversário.

15.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, tendo como limite máximo a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do orçamento estimado.

15.4.1 Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.4.2 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

15.5 Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

GABRIELA ALVES CASTRO DOS SANTOS
COORDENADORA LABORATÓRIO MUNICIPAL

AUTORIZADO:
DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1-Informações Básicas

Área requisitante: Secretaria Municipal de Saúde - Setor: Laboratório Municipal de São Gotardo

Este documento apresenta estudo técnico preliminar para contratação de empresa para locação do aparelho de analisador hematológico, em regime de comodato, demonstrando os elementos e informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência de modo que melhor atender aos interesses da Administração Pública Municipal no âmbito da Saúde.

O objetivo principal do presente Estudo Técnico Preliminar é estudar detalhadamente a necessidade da proposta de eventual aquisição e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância as normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2-Descrição da necessidade

O setor da hematologia realiza os hemogramas, tipagens sanguíneas, contagens de reticulócitos, velocidade de hemossedimentação (VHS) e coagulogramas. O hemograma é um dos exames mais solicitados no laboratório, o qual contribui significativamente para o diagnóstico de inúmeras patologias e para o acompanhamento da clínica do paciente. Essa análise fornece uma visão global das células sanguíneas e dos índices hematimétricos, possibilitando acurar o quadro clínico e fornecer sua devida resolutividade. Justifica-se a aquisição de testes de hemograma através de comodato do analisador hematológico e periféricos, para se manter o setor de hematologia funcionante no Laboratório Municipal e dessa maneira, atender o número crescente de pacientes que necessitam do resultado do hemograma rotineiramente.

Este analisador é para atender aos pacientes externos, Pronto Socorro, Unidades Básicas de Saúde e internos do Hospital Municipal e ao Centro de Hemodiálise, atendendo os seguintes setores:

- Centro de Tratamento Intensivo – CTI;
- Berçário;
- Clínica geral;
- Centro de Hemodiálise;
- Unidade de Pronto Atendimento;
- Unidades Básicas de Saúde.

Conforme relatório de produção extraído do sistema AUTOLAC, anexo I, a média mensal de hemogramas realizados no município é de 2.035 exames. Devido o aumento da demanda do município constantemente elevamos para 3.000 exames por mês.

3-Descrição dos requisitos da contratação

A experiência havida da Secretaria Municipal de Saúde, conforme contratações passadas, demonstra ser mais adequado e eficiente que a contratação pretendida seja selecionada através

de procedimento licitatório constituído em menor preço por item.

3.1-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A Contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pela Prefeitura Municipal, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.
- Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o objeto deste Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista neste tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO.
- Manter entendimentos com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, objetivando evitar transtornos e atrasos na entrega dos produtos.
- Manter, durante o período do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;
- Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;
- Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.
- Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade.
- Providenciar a substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do(s) produto(s) que apresentarem defeito, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;
- Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- A empresa contratada para o fornecimento dos testes, deverá fornecer material para aproximadamente 3.000 testes por mês;
- O analisador hematológico, cedido através de comodato, deverá ser totalmente novo, com embalagem lacrada, instalado e calibrado;
- A empresa contratada deverá entregar o aparelho no local indicado, montado e instalado, com treinamento para toda equipe.

3.2- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da compra, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- Emitir, por meio do Setor de Compras, Pedido de Compra;

- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.
- Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir sua obrigação dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;
- Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Para a presente contratação será necessário ainda, o seguinte:

3.1. A empresa deverá fornecer um analisador hematológico NOVO (comprovado por documentação), de BANCADA e totalmente automatizado EM REGIME DE COMODATO SEM CUSTO ADICIONAL contendo:

3.1.1. Comodato para realização de 3.000 hemogramas completos/mês, incluindo reagentes, calibradores e os controles, para o período 01 (um) ano, podendo ser prorrogado para 5 (cinco) anos, se todas as condições forem atendidas.

3.1.2. Controles e calibradores para a quantidade de testes solicitados.

3.1.3. Fornecimento dos calibradores necessários para o funcionamento do equipamento no momento da instalação e toda vez que for necessária a calibração do mesmo, por motivos diversos.

3.1.4. Fornecimento dos controles em pelo menos dois níveis (normal e patológico), para realização do controle de qualidade uma vez ao dia.

3.1.5. Reagentes da mesma marca do equipamento, para a quantidade de testes solicitados.

3.2. O analisador hematológico deverá possuir as seguintes características e desempenho:

3.2.1. Análise de diferencial leucocitária em 5 (cinco) partes, incluindo células grandes imaturas. 3.2.2. Possuir no mínimo 27 parâmetros, incluindo: • WBC • RBC • HGB • HCT • MCV • MCH • MCHC • PLT • NEUT% • LYMPH% • MONO% • EO% • BASO% • NEUT# • LYMPH# • MONO# • EO# • BASO# • RDW-SD • RDW-CV • PDW* • MPV • PCT* • P-LCR*

3.2.3. Tecnologia de Citometria de Fluxo para WBC (leucócitos).

3.2.4. Detecção por impedância para RBC (hemácias) e PLT (plaquetas).

3.2.5. Dosagem de hemoglobina (HGB) por espectrofotometria, livre de cianeto.

3.2.6. Sistema de carregamento contínuo, aspiração de amostras em tubos fechados ou abertos e homogeneização automática (auto- sampler) para no mínimo, 40 amostras simultâneas, e com sistema opcional de aspiração de amostra (modo manual).

3.2.7. Velocidade mínima de processamento de 40 testes/hora.

3.2.8. Opção de modo STAT para amostras urgentes.

3.2.9. Armazenamento de dados de no mínimo 10.000 resultados, incluindo gráficos.

3.2.10. Sistemas de alarmes (flags) para resultados patológicos.

3.2.11. Sistema de monitoramento de controle de qualidade interno através dos gráficos de Levey-Jennings, armazenamento de curvas de calibração e dados de controles de qualidade.

3.2.12. Tela touch screen colorida acoplada ao equipamento ou tela LCD colorida em

computador ligado ao equipamento.

3.2.13. Leitor de código de barras para amostras em sistema fechado e aberto, com leitura feita pelo equipamento, sem a necessidade da manipulação do usuário, com opcional de cadastro manual.

3.2.14. Limpeza automática da agulha de aspiração de amostra.

3.2.15. Fornecer gráfico de dispersão e distribuição celular de todas as séries analisadas e alertas qualitativos e quantitativos relacionados aos tipos celulares.

3.2.16. Operacionalização e controle total do analisador deve ser gerenciado pela plataforma Windows ou pela Linux.

3.2.17. O computador ligado ao equipamento deverá permitir acesso remoto.

3.2.18. Alimentação rede elétrica: 100-240V.

3.2.19. Deve permitir a identificação completa das amostras com nome, nº do paciente, via teclado alfanumérico e por leitor de código de barras, orientado por amostras com identificação positiva das mesmas com envio desta informação para a interface.

3.3. O fabricante do equipamento terá que ter CBPF – Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.

3.4. O analisador hematológico deve vir acompanhado de etiquetadora de código de barras, impressora externa, monitor LCD, teclado, mouse, computador cpu/integrado com sistema operacional compatível com o aparelho, nobreak que suporte carga de no mínimo 03 (três) horas em caso de falta de energia no laboratório. Fornecer monitor, computador, mouse, teclado e nobreak para o uso do sistema de interfaceamento no setor de hematologia do Laboratório Municipal de São Gotardo, totalizando 02 computadores.

3.5. A vencedora deverá custear o sistema de interfaceamento bidirecional de amostras e resultados dos hemogramas, e o mesmo, deverá ser compatível com os demais equipamentos que utilizam o sistema no Laboratório Municipal de São Gotardo. A empresa fornecedora deverá operacionalizar todo o interfaceamento, desde a geração de etiquetas de código de barras para os hemogramas, até o resultado final a ser interfaceado para o sistema gerencial em uso pela Secretaria Municipal de Saúde.

Validação dos Exames

3.6. A validação dos exames deverá ser realizada após instalação completa dos sistemas analíticos no Laboratório Municipal de São Gotardo. Toda logística referente a isto, é de responsabilidade da contratada, incluindo transporte de amostras a outros serviços dentro de condições pré-analíticas adequadas, se necessário.

3.7. Todos os exames que constam no menu deste processo devem ser validados por meio de protocolo de validação com, no mínimo, 50 (cinquenta) amostras.

3.8. O processo de validação, incluindo todos e quaisquer reagentes e consumíveis necessários, deverá ocorrer sem ônus para a contratante e com acompanhamento de assessor científico.

3.9 O processo de validação dos equipamentos deverá ser realizado por resultados obtidos no Laboratório Municipal de São Gotardo em comparação com automação idêntica à vencedora da licitação, consolidada em outro laboratório participante de Programa de Controle de Qualidade Externo / Ensaio de Proficiência pelo PNCQ.

3.10. A análise e julgamento final dos dados de validação é de responsabilidade da equipe técnica do Laboratório Municipal de São Gotardo.

Assistência Técnica / Manutenção

3.11. A contratada deverá realizar pelo menos 01 (uma) manutenção preventiva ao ano, sem custos a SMS.

3.12. A assistência técnica preventiva e corretiva referente ao analisador e seus periféricos deverá ter sede em MG, realizada por pessoal técnico capacitado e autorizado pelo fabricante do analisador, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante e em todo o período de funcionamento do Laboratório Municipal de São Gotardo em dias úteis, das 7h às 17h.

3.13. Sobre o software, a proponente vencedora deverá manter serviço de Suporte Técnico com pessoal tecnicamente capacitado para atendimento presencial, telefônico e para acesso remoto ao sistema, no período das 7h às 17h, todos os dias úteis.

3.14. A contratada deverá manter serviço de suporte telefônico ou online e atender à solicitação de assistência técnica ou assessoria científica dentro do prazo máximo de 02 (duas) horas a partir do horário de abertura do chamado.

3.15. Todas as despesas que se fizerem necessárias são por conta da empresa contratada, inclusive reposição de peças, se necessário. A contratada deverá preencher e entregar ao contratante “Relatório de Serviço” em todas as intervenções que fizer nos equipamentos e acompanhar a rotina para certificar-se de que o problema foi resolvido.

3.16. Em caso de descontinuidade do serviço, seja por necessidade de reparo do equipamento ou outra, a contratada deverá resolver o problema. Enquanto o equipamento e/ou periféricos não estiverem funcionando, a empresa contratada deverá assumir o ônus total, bem como a logística adequada de envio de amostras para realização dos exames contratados em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo - MG, a partir de indicações da Secretaria Municipal de Saúde e prévia aprovação da Coordenação do Laboratório Municipal, no valor da tabela SIGTAP/SUS para o exame de hemograma.

3.17. Caso ultrapasse o prazo de 07 (sete) dias corridos, a empresa deverá substituir o equipamento com problemas por novo equipamento idêntico e em condições adequadas de uso (incluindo processo de validação), e enquanto se procede e conclui-se a instalação, assumir o ônus total e logística adequada de envio de amostras para realização dos exames contratados em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo, a partir de indicações da SMS e prévia aprovação da Coordenação do Laboratório Municipal.

Entregas e Embalagens

3.18. A programação das entregas de materiais, reagentes e insumos em geral deve ser de acordo com a solicitação e demanda do Laboratório Municipal de São Gotardo. A contratada deverá entregar todos os reagentes, controles, calibradores e insumos em até 10 (dez) dias corridos, após solicitação do Laboratório via e-mail, WhatsApp ou telefone.

3.19. A empresa deverá fornecer uma tabela referente a apresentação dos materiais e rendimentos (número de testes realizados por frasco ou embalagem de cada item). Em caso de atraso ou descontinuidade de entrega de materiais por motivos pertinentes à logística de materiais da contratada e que acarretem demora além do prazo estabelecido, aplica-se a

condição de que a contratada deverá assumir o ônus da realização dos exames em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo - MG, indicado pela SMS e previamente aprovado pela Coordenação do Laboratório Municipal.

3.20. Os insumos devem ser embalados, conforme a praxe do fabricante, de tal forma que garanta a integridade do produto, contendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e prazo de validade, instruções de uso, condições de armazenamento e registro no Ministério da Saúde e rotulado de acordo com a legislação em vigor.

3.21. Nos casos em que o produto licitado esteja em sua apresentação de embalagem mais reduzida, porém contenha quantitativo superior ao que possa ser consumido pelo Laboratório Municipal até a data de encerramento do prazo de validade determinado pelo fabricante, resultando em possível perda de insumo faturado, a contratada deverá ficar responsável por fazer troca prévia ou reposição dos insumos eventualmente vencidos.

3.22. Para trocas ou reposições dos insumos, não serão aceitos materiais com lacre violado ou apresentando quantidades alteradas em relação à embalagem original. De qualquer forma, tais situações deverão ser acordadas formalmente e com antecedência entre o fornecedor e a Coordenação do Laboratório.

3.23. Os equipamentos e periféricos deverão permanecer no Laboratório Municipal de São Gotardo até a completa utilização dos reagentes faturados, mesmo após vencimento do contrato.

4- Levantamento de mercado

4.1. A quantidade a ser adquirida foi estimada em função do consumo, obtidos a partir de fatos concretos como série histórica do consumo, acrescidas de eventuais ocorrências vindouras capazes de impactar os quantitativos demandados e acréscimos de atividades. Foi realizado ainda o levantamento de mercado considerando as disponibilidades, características e oferta local e regional.

4.2. Ademais, consoante estudos promovidos no âmbito nacional, o mercado tem capacidade para atendimento da demanda, o que afasta eventuais questionamentos acerca de alguma fragilidade à competitividade do certame.

4.3. Conforme estudos preliminares, a análise do objeto pretendido com a locação revela a sua natureza “comum”, até por conta da averiguação de padrões de desempenho e qualidade que podem bens atualmente disponíveis, etc.

4.4. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao banco de preços, etc.

4.5. A contratação de serviços de está prevista nas leis orçamentárias. No entanto ainda não foi elaborado no âmbito do Município o Plano de Contratação Anual.

5- Descrição da solução como um todo

5.1. A solução encontrada para a necessidade de realização de exames de hemogramas, tipagens sanguíneas, contagens de reticulócitos, velocidade de hemossedimentação (VHS) e coagulogramas, foi a contratação de empresa para locação de aparelho analisador

hematológico, em regime de comodato. A contratação em regime comodato faz-se devido as manutenções preventivas e corretivas, também de todos os reagentes necessários para a realização dos exames. Além de contar com equipamentos de ultima geração, que seriam muito caros para comprar e manter. Com o dinheiro que seria gasto em equipamentos, é possível fazer outros investimentos.

5.2. A solução encontrada para a necessidade visa à maior vantajosidade econômica – custo/benefício (economia com reagentes, menores gastos com manutenção preventiva e corretiva, etc.).

5.3. A adoção da modalidade deve ser por pregão eletrônico demonstrando a mais adequada, permitindo assim que a administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada, com o devido respaldo legal, já que o fornecimento é contínuo, ou seja, os exames serão executados diariamente, conforme pedido médico e em conformidade com o acompanhamento do saldo contratado. Além disso, o objeto a ser adquirido possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pertinente.

5.4. Certame deverá possibilitar a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no edital e termo de referência.

5.5. A aquisição proposta será benéfica e vantajosa, uma vez que:

5.5.1. O planejamento para esta aquisição ora pretendida foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na aquisição de serviços, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às atividades desta secretaria;

5.5.2. Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;

5.5.3. Os parâmetros definidos para o objeto da aquisição e para execução contratual possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

5.5.4. No que tange aos impactos ambientais da aquisição, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

O quantitativo se baseia no número de exames realizados de hemograma pelo Laboratório Municipal de São Gotardo no ano de 2023.

DESCRIÇÃO				
Seq.	Código	Qtde	Un	Descrição
01	38.582	01	UN	ANALISADOR HEMATOLOGIA 5 PARTES COM CARREGAMENTO AUTOMÁTICO, COM FORNECIAMENTO DE REAGENTES, CONTROLES E

			PERIFÉRICOS. Realização de 3000 testes/mês.
--	--	--	--

7. Estimativa de valores

7.1. Para escolha do fornecedor será levado em consideração primeiramente a empresa que traz o menor preço ofertado e que se encontra habilitado para o fornecimento do equipamento requerido. As cotações foram realizadas com empresas do ramo laboratorial, de forma aleatória.

7.2. O levantamento de mercado foi realizado com a busca de orçamentos para a estimativa dos valores. Descritos a seguir:

Empresa	CNPJ	Valor Uni	Valor mensal estimado
Labmig Produtos para Diagnósticos e Análises Clínicas LTDA	16.541.960/0001-07	R\$2,60	R\$7.800,00
MT Marqtech Laboratorial	07.969.641/0001-06	R\$2,97	R\$8.910,00
Biotecnologia	11.308.834/0001-85	R\$2,85	R\$9.500,00

7.2. Média de preço apurada para 12 meses é de R\$ 108.999,96 (cento e oito mil e novecentos e noventa e nove reais, noventa e seis centavos)

7.3. O modelo de contratação proposto atende satisfatoriamente as necessidades e especificidades da Instituição.

7.4. Os bens demandados são considerados comuns e encontrados no mercado nacional, portanto, há um grande número de fornecedores aptos a ofertá-los;

7.5. Não existem restrições para a aquisição dos bens.

8. Justificativa para o parcelamento

Tendo em vista a especificidade da contratação, será necessário parcelamento do objeto, tendo em vista que os exames serão executados diariamente, conforme pedido médico e em conformidade com o acompanhamento do saldo e vigência do contratado.

9- Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. Resultados pretendidos

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas solicitadas;

Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação de tal serviço, e do uso racional dos recursos financeiros;

Com a contratação do serviço busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos

financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

11- Providências previamente à celebração do contrato

11.1. A prestação do(s) serviço(s) e entrega(s) do(s) insumo(s), objeto desta licitação, deverá(ão) ocorrer de acordo com a solicitação, no Laboratório Municipal de São Gotardo, localizado a Rua Pinheiro Machado, n.º 31, Centro, CEP n.º 38.800-000, no(s) horário(s) das 7h às 17h, de segunda a sextas-feiras, em dias úteis, conforme:

Infraestrutura

11.1.1. Toda infraestrutura (elétrica, hidráulica, rede lógica, etc...) necessária para a instalação, deverá ser previamente avaliada e descrita em relatório pela empresa contratada, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, antes da entrega e no prazo de 07 (sete) dias corridos após a assinatura do Contrato Administrativo, para que o laboratório tenha tempo de providenciar as adequações necessárias. Para tanto, a empresa deverá enviar ao laboratório, um técnico habilitado para avaliação e levantamento das necessidades.

11.1.2. Realizadas as melhorias, conforme disposição no subitem anterior, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá a Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) à proponente vencedora. Analisador Hematológico

11.1.3. O analisador hematológico, cedido através do comodato, deverá ser totalmente instalado, calibrado e interfaceado com os demais equipamentos necessários, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da Nota Autorização de Fornecimento (NAF), sendo da proponente vencedora às custas e responsabilidade por toda essa etapa.

11.1.4. Durante o mesmo período acima, ou seja, 15 (quinze) dias úteis a partir da Nota de Autorização de Fornecimento (AF), a proponente vencedora deverá oportunizar treinamento aos funcionários do Laboratório Municipal de São Gotardo, sem custos adicionais, de modo que toda a equipe envolvida tenha o conhecimento necessário para utilizar o equipamento e realizar os exames.

11.1.5. Em 20 (vinte) dias úteis após a emissão da Nota de Autorização de Fornecimento (AF), o serviço deverá ser iniciado junto à população usuária do Laboratório Municipal de São Gotardo. 11.1.6. Durante toda a vigência do Contrato Administrativo, a proponente vencedora deverá manter serviço de Suporte Técnico com pessoal tecnicamente capacitado para atendimento presencial, telefônico e para acesso remoto ao sistema, no período das 7h às 17h, em todos os dias úteis.

Insumos

11.1.7. O fornecimento do(s) insumo(s) – reagentes, controles, calibradores e insumos – necessário(s) à realização do(s) procedimento(s), objeto desta licitação, deverá(ão) ser entregue(s) em até 10 (dez) dias corridos após a notificação emitida pelo Laboratório Municipal de São Gotardo via e-mail, aplicativo de mensagens instantâneas “WhatsApp” ou telefone.

11.2. Caso o(s) serviço(s) e/ou produto(s) não corresponda(m) ao exigido, a contratada deverá providenciar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a sua substituição/reparação visando ao atendimento das especificações.

11.3. Todas as despesas com transporte, entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

11.4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o município perante a contratada, sendo desta a responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a aquisição.

12- Possíveis impactos ambientais e tratamentos

12.1. De acordo com a Lei 14.133/21, a licitação destina-se a garantir, além de outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável, harmonizando-se com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

12.2. O descarte de resíduos do analisador hematológico apresenta toxicidade biológica e química; a biológica refere-se ao sangue que pode estar contaminado com Hepatite B, HIV, entre outros patogênicos; e a química decorre dos reagentes utilizados, que possuem substâncias consideradas tóxicas, mesmo em concentrações muito baixas.

12.3. A maneira usual de eliminar os resíduos líquidos é o lançamento diretamente na rede de esgoto, no entanto, este não é um procedimento recomendável, pois as substâncias utilizadas para a realização de análises hematológicas podem trazer, mesmo em pequenas quantidades, prejuízos à saúde do homem, animais e ao meio ambiente.

12.4. Considerando, todo o contexto e como grande parte desses reagentes presentes na composição de soluções utilizadas pelos aparelhos de análises hematológicas apresenta toxicidade e representam risco à saúde de quem os manipula e ao meio ambiente, pode-se concluir que é fundamental abordar o tema de forma mais ampla e que um Plano de Gestão de Resíduos Químicos é de suma importância visando contribuir ao Plano de Gerenciamento do HMSG. Sendo que o próprio laboratório será responsável pela destinação final do esgoto.

13. Declaração de viabilidade

Conforme fundamentação acima, considera-se que a locação do analisador hematológico escolhida é viável, com base nos elementos anteriormente apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses das Secretaria Municipal de Saúde.

Letícia Santos Munck Rezende
Analista clínico – Biomédica

Gabriela Alves Castro dos Santos
Coordenadora Laboratório Municipal de São Gotardo

Autorizado por:
Débora Thais Silva Alves Araújo
Secretaria Municipal De Saúde



ANEXO II

Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. _____/_____;

2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





ANEXO III

Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





ANEXO IV

Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





ANEXO V

Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





ANEXO VI

Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VII

Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como () microempresa, () empresa de pequeno porte ou () sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Declara ainda para fins do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)

ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - Processo nº 017/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;



(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante





ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE E A EMPRESA**

O **MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO - MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.602.037/0001-55, com sede nesta cidade, na Rua Professora Maria Coeli Franco, número 13, Bairro Centro, representado legalmente por sua Prefeita Municipal, Denise Abadia Pereira Oliveira, brasileira, casada, portador da Carteira de Identidade MG-8.042.021 PC/MG, inscrita no CPF sob o nº. 787.613.106,97, residente e domiciliada à Rua Lazaro Gonçalves, 93 – Mansões do Lago, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____,

sediada na _____, na cidade de _____/Estado, neste ato representada por

(nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no procedimento do **Processo Administrativo Licitatório nº 17/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais nº 62, 28 de março de 2023, e nº 63, 28 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 009/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO APARELHO ANALISADOR HEMATOLÓGICO, EM REGIME DE**





COMODATO PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE: 1 - LOTE 01						
ITEM	COD. ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR DO ITEM	VALOR TOTAL
1	38582	LOCACAO DE ANALISADOR HEMATOLOGIA 5 PARTES COM CARREGAMENTO AUTOMATICO - PARAMETROS REGULARES.WBC, RBC, HGB, HCT, MCV,MCH,RDW-SD. RDW-CV, PLT, PDW,MPV, PCT, P-LCR, NEU#, NEU%, LYM#, LYM%, MON#, MON%, EOS#, WOS%, BAS#, BAS% PARAMETROS DE PESQUISA: ALY#, ALY%, IG#, IG% 2 HISTOGRAMAS E 2 GRAFICOS DE DISPERSAO ESPECIFICACOES TECNICAS. VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO: 60 AMOSTRAS POR HORA. MODO DE TESTE: CBC+DIFF, CBC MODO DE AMOSTRAGEM: AUTOLOADER: 50 POSICOES EM ESCANEAMENTO DO CODIGO DE BARRAS COM HOMOGENEIZACAO SIMULTANEA DE DOIS TUBOS DE AMOSTRA AO MESMO TEMPO. MODO FECHADO: PRIORIDADE PARA EMERGENCIA, COM SUPORTE PARA SANGUE TOTAL E CAPILAR CONTROLE DE QUALIDADE E CALIBRACAO: MULTIPLAS REGRAS DE CONTROLE DE QUALIDADE INCLUINDO LEVEY JENNINGS, X-B ETC. CALIBRACAO MANUAL E AUTOMATICA PARA SANGUE TOTAL E PRE-DILUIDO OUTRAS CARACTERISTICAS: MAPA TOPOGRAFICO 3D TECNOLOGIA COM DISPERSAO POR LASER. REAGENTES LIVRES DE CIANETO. ESCANEAMENTO RANDOMICO DE CODIGO DE BARRAS DA AMOSTRA REALIZACAO DE 3000 TESTES/MES	12	UN		

TOTAL LOTE: R\$

TOTAL GERAL: R\$



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da Contratada;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O Contrato poderá ter vigência de 05 (cinco) anos contados da assinatura, conforme previsto no art. 106 da Lei 14.133/2021, sendo que o fornecimento descrito no objeto foi definido como contínuo. O contrato poderá ser prorrogado desde que respeitado o prazo máximo decenal previsto na Lei n. 14.133/2021.

2.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. CRITÉRIOS DE REBECIMENTO E MEDIÇÃO DO OBJETO:

3.1.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo 07(Sete) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da correta execução do serviço e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.1.6. Os materiais/serviços deverão ser entregues na sede do Laboratório Municipal de São Gotardo, situado na Rua Pinheiro Machado, 31, Centro, São Gotardo -MG.

3.1.7. A contratada deverá efetuar as entregas dos materiais/serviço de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e em perfeitas condições de uso, a partir do momento que os sejam solicitados pelo fiscal de contrato, nas quantidades solicitadas correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes tais como: transporte, impostos, mão-de-obra, serviços terceirizados, embalagens e etc.

3.2. LOCAL DE EXECUÇÃO

3.2.1. Os materiais/serviços deverão ser entregues na sede do Laboratório Municipal de São Gotardo, situado na Rua Pinheiro Machado, 31, Centro, São Gotardo -MG.

3.2.2. A contratada deverá efetuar as entregas dos materiais/serviço de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e em perfeitas condições de uso, a partir do

momento que os sejam solicitados pelo fiscal de contrato, nas quantidades solicitadas correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes tais como: transporte, impostos, mão-de-obra, serviços terceirizados, embalagens e etc.

3.3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.3.1. A empresa deverá fornecer um analisador hematológico NOVO (comprovado por documentação), de BANCADA e totalmente automatizado EM REGIME DE COMODATO SEM CUSTO ADICIONAL contendo:

3.3.2. Comodato para realização de 3.000 hemogramas completos/mês, incluindo reagentes, calibradores e os controles, para o período 01 (um) ano, podendo ser prorrogado para 5 (cinco) anos, se todas as condições forem atendidas.

3.3.3. Controles e calibradores para a quantidade de testes solicitados.

3.3.4. Fornecimento dos calibradores necessários para o funcionamento do equipamento no momento da instalação e toda vez que for necessária a calibração do mesmo, por motivos diversos.

3.3.5. Fornecimento dos controles em pelo menos dois níveis (normal e patológico), para realização do controle de qualidade uma vez ao dia.

3.3.6. Reagentes da mesma marca do equipamento, para a quantidade de testes solicitados.

3.3.7. O analisador hematológico deverá possuir as seguintes características e desempenho:

3.3.8. Análise de diferencial leucocitária em 5 (cinco) partes, incluindo células grandes imaturas.

3.3.9. Possuir no mínimo 27 parâmetros, incluindo: • WBC • RBC • HGB • HCT • MCV • MCH • MCHC • PLT • NEUT% • LYMPH% • MONO% • EO% • BASO% • NEUT# • LYMPH# • MONO# • EO# • BASO# • RDW-SD • RDW-CV • PDW* • MPV • PCT* • P-LCR*

3.3.10. Tecnologia de Citometria de Fluxo para WBC (leucócitos).

3.3.11. Detecção por impedância para RBC (hemácias) e PLT (plaquetas).

3.3.12. Dosagem de hemoglobina (HGB) por espectrofotometria, livre de cianeto.

3.3.13. Sistema de carregamento contínuo, aspiração de amostras em tubos fechados ou abertos

e homogeneização automática (auto- sampler) para no mínimo, 40 amostras simultâneas, e com sistema opcional de aspiração de amostra (modo manual).

3.3.14. Velocidade mínima de processamento de 40 testes/hora.

3.3.15. Opção de modo STAT para amostras urgentes.

3.3.16. Armazenamento de dados de no mínimo 10.000 resultados, incluindo gráficos.

3.3.17. Sistemas de alarmes (flags) para resultados patológicos.

3.3.18. Sistema de monitoramento de controle de qualidade interno através dos gráficos de Levey-Jennings, armazenamento de curvas de calibração e dados de controles de qualidade.

9.9.12. Tela touch screen colorida acoplada ao equipamento ou tela LCD colorida em computador ligado ao equipamento.

3.3.19. Leitor de código de barras para amostras em sistema fechado e aberto, com leitura feita pelo equipamento, sem a necessidade da manipulação do usuário, com opcional de cadastro manual.

3.3.20. Limpeza automática da agulha de aspiração de amostra.

3.3.21. Fornecer gráfico de dispersão e distribuição celular de todas as séries analisadas e alertas qualitativos e quantitativos relacionados aos tipos celulares.

3.3.22. Operacionalização e controle total do analisador deve ser gerenciado pela plataforma Windows ou pela Linux.

3.3.23. O computador ligado ao equipamento deverá permitir acesso remoto.

3.3.24. Alimentação rede elétrica: 100-240V.

3.3.25. Deve permitir a identificação completa das amostras com nome, nº do paciente, via teclado alfanumérico e por leitor de código de barras, orientado por amostras com identificação positiva das mesmas com envio desta informação para a interface.

3.3.26. O fabricante do equipamento terá que ter CBPF – Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.

3.3.27. O analisador hematológico deve vir acompanhado de etiquetadora de código de barras, impressora externa, monitor LCD, teclado, mouse, computador cpu/integrado com sistema operacional compatível com o aparelho, nobreak que suporte carga de no mínimo 03 (três)

horas em caso de falta de energia no laboratório. Fornecer monitor, computador, mouse, teclado e nobreak para o uso do sistema de interfaceamento no setor de hematologia do Laboratório Municipal de São Gotardo, totalizando 02 computadores.

3.3.28.A vencedora deverá custear o sistema de interfaceamento bidirecional de amostras e resultados dos hemogramas, e o mesmo, deverá ser compatível com os demais equipamentos que utilizam o sistema no Laboratório Municipal de São Gotardo. A empresa fornecedora deverá operacionalizar todo o interfaceamento, desde a geração de etiquetas de código de barras para os hemogramas, até o resultado final a ser interfaceado para o sistema gerencial em uso pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.4. VALIDAÇÃO DOS EXAMES

3.4.1. A validação dos exames deverá ser realizada após instalação completa dos sistemas analíticos no Laboratório Municipal de São Gotardo. Toda logística referente a isto, é de responsabilidade da contratada, incluindo transporte de amostras a outros serviços dentro de condições pré-analíticas adequadas, se necessário.

3.4.2. Todos os exames que constam no menu deste processo devem ser validados por meio de protocolo de validação com, no mínimo, 50 (cinquenta) amostras.

3.4.3. O processo de validação, incluindo todos e quaisquer reagentes e consumíveis necessários, deverá ocorrer sem ônus para a contratante e com acompanhamento de assessor científico.

3.4.4. O processo de validação dos equipamentos deverá ser realizado por resultados obtidos no Laboratório Municipal de São Gotardo em comparação com automação idêntica à vencedora da licitação, consolidada em outro laboratório participante de Programa de Controle de Qualidade Externo / Ensaio de Proficiência pelo PNCQ.

3.4.5. A análise e julgamento final dos dados de validação é de responsabilidade da equipe técnica do Laboratório Municipal de São Gotardo.

3.5. ENTREGAS E EMBALAGENS

3.5.1. A programação das entregas de materiais, reagentes e insumos em geral deve ser de acordo com a solicitação e demanda do Laboratório Municipal de São Gotardo. A contratada deverá entregar todos os reagentes, controles, calibradores e insumos em até 10 (dez) dias corridos, após solicitação do Laboratório via e-mail, WhatsApp ou telefone.

3.5.2. A empresa deverá fornecer uma tabela referente a apresentação dos materiais e rendimentos (número de testes realizados por frasco ou embalagem de cada item). Em caso de atraso ou descontinuidade de entrega de materiais por motivos pertinentes à logística de materiais da contratada e que acarretem demora além do prazo estabelecido, aplica-se a condição de que a contratada deverá assumir o ônus da realização dos exames em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo - MG, indicado pela SMS e previamente aprovado pela Coordenação do Laboratório Municipal.

3.5.3. Os insumos devem ser embalados, conforme a praxe do fabricante, de tal forma que garanta a integridade do produto, contendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e prazo de validade, instruções de uso, condições de armazenamento e registro no Ministério da Saúde e rotulado de acordo com a legislação em vigor.

3.5.4. Nos casos em que o produto licitado esteja em sua apresentação de embalagem mais reduzida, porém contenha quantitativo superior ao que possa ser consumido pelo Laboratório Municipal até a data de encerramento do prazo de validade determinado pelo fabricante, resultando em possível perda de insumo faturado, a contratada deverá ficar responsável por fazer troca prévia ou reposição dos insumos eventualmente vencidos.

3.5.5. Para trocas ou reposições dos insumos, não serão aceitos materiais com lacre violado ou apresentando quantidades alteradas em relação à embalagem original. De qualquer forma, tais situações deverão ser acordadas formalmente e com antecedência entre o fornecedor e a Coordenação do Laboratório.

3.5.6. Os equipamentos e periféricos deverão permanecer no Laboratório Municipal de São Gotardo até a completa utilização dos reagentes faturados, mesmo após vencimento do contrato.

3.6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / MANUTENÇÃO

3.6.1. A contratada deverá realizar pelo menos 01 (uma) manutenção preventiva ao ano, sem custos a SMS.

3.6.2. A assistência técnica preventiva e corretiva referente ao analisador e seus periféricos deverá ter sede em MG, realizada por pessoal técnico capacitado e autorizado pelo fabricante do analisador, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante e em todo o período de funcionamento do Laboratório Municipal de São Gotardo em dias úteis, das 7h às 17h.

3.6.3. Sobre o software, a proponente vencedora deverá manter serviço de Suporte Técnico com pessoal tecnicamente capacitado para atendimento presencial, telefônico e para acesso remoto ao sistema, no período das 7h às 17h, todos os dias úteis.

3.6.4. A contratada deverá manter serviço de suporte telefônico ou online e atender à solicitação de assistência técnica ou assessoria científica dentro do prazo máximo de 02 (duas) horas a partir do horário de abertura do chamado.

3.6.5. Todas as despesas que se fizerem necessárias são por conta da empresa contratada, inclusive reposição de peças, se necessário. A contratada deverá preencher e entregar ao contratante “Relatório de Serviço” em todas as intervenções que fizer nos equipamentos e acompanhar a rotina para certificar-se de que o problema foi resolvido.

3.6.6.. Em caso de descontinuidade do serviço, seja por necessidade de reparo do equipamento ou outra, a contratada deverá resolver o problema. Enquanto o equipamento e/ou periféricos não estiverem funcionando, a empresa contratada deverá assumir o ônus total, bem como a logística adequada de envio de amostras para realização dos exames contratados em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo - MG, a partir de indicações da Secretaria Municipal de Saúde e prévia aprovação da Coordenação do Laboratório Municipal, no valor da tabela SIGTAP/SUS para o exame de hemograma.

3.6.7. Caso extrapole o prazo de 07 (sete) dias corridos, a empresa deverá substituir o equipamento com problemas por novo equipamento idêntico e em condições adequadas de uso (incluindo processo de validação), e enquanto se procede e conclui-se a instalação, assumir o ônus total e logística adequada de envio de amostras para realização dos exames contratados

em outro Laboratório de Análises Clínicas com sede em São Gotardo, a partir de indicações da SMS e prévia aprovação da Coordenação do Laboratório Municipal.

3.7. VISTORIA

3.7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 17 horas.

3.7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.7.4 Toda infraestrutura (elétrica, hidráulica, rede lógica, etc...) necessária para a instalação, deverá ser previamente avaliada e descrita em relatório pela empresa contratada, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, antes da entrega e no prazo de 07 (sete) dias corridos após a assinatura do Contrato Administrativo, para que o laboratório tenha tempo de providenciar as adequações necessárias. Para tanto, a empresa deverá enviar ao laboratório, um técnico habilitado para avaliação e levantamento das necessidades.

3.7.5 Realizadas as melhorias, conforme disposição no subitem anterior, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá a Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) à proponente vencedora.

3.7.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.7.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.8. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

3.8.1. A prestação do(s) serviço(s) e entrega(s) do(s) insumo(s), objeto desta licitação, deverá(ão) ocorrer de acordo com a solicitação, no Laboratório Municipal de São Gotardo, localizado a Rua Pinheiro Machado, n.º 31, Centro, CEP n.º 38.800-000, no(s) horário(s) das 7h às 17h, de segunda a sextas-feiras, em dias úteis, conforme:

3.8.2. Infraestrutura

3.8.2.1. Toda infraestrutura (elétrica, hidráulica, rede lógica, etc...) necessária para a instalação, deverá ser previamente avaliada e descrita em relatório pela empresa contratada, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, antes da entrega e no prazo de 07 (sete) dias corridos após a assinatura do Contrato Administrativo, para que o laboratório tenha tempo de providenciar as adequações necessárias. Para tanto, a empresa deverá enviar ao laboratório, um técnico habilitado para avaliação e levantamento das necessidades.

3.8.2.2. Realizadas as melhorias, conforme disposição no subitem anterior, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá a Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) à proponente vencedora. Analisador Hematológico

3.8.2.3. O analisador hematológico, cedido através do comodato, deverá ser totalmente instalado, calibrado e interfaceado com os demais equipamentos necessários, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da Nota Autorização de Fornecimento (NAF), sendo da proponente vencedora às custas e responsabilidade por toda essa etapa.

3.8.2.4. Durante o mesmo período acima, ou seja, 15 (quinze) dias úteis a partir da Nota de Autorização de Fornecimento (AF), a proponente vencedora deverá oportunizar treinamento aos funcionários do Laboratório Municipal de São Gotardo, sem custos adicionais, de modo que toda a equipe envolvida tenha o conhecimento necessário para utilizar o equipamento e realizar os exames.

3.8.2.5. Em 20 (vinte) dias úteis após a emissão da Nota de Autorização de Fornecimento (AF), o serviço deverá ser iniciado junto à população usuária do Laboratório Municipal de São Gotardo.

3.8.2.6. Durante toda a vigência do Contrato Administrativo, a proponente vencedora deverá manter serviço de Suporte Técnico com pessoal tecnicamente capacitado para atendimento

presencial, telefônico e para acesso remoto ao sistema, no período das 7h às 17h, em todos os dias úteis.

3.8.3.Insumos

3.8.3.1. O fornecimento do(s) insumo(s) – reagentes, controles, calibradores e insumos – necessário(s) à realização do(s) procedimento(s), objeto desta licitação, deverá(ão) ser entregue(s) em até 10 (dez) dias corridos após a notificação emitida pelo Laboratório Municipal de São Gotardo via e-mail, aplicativo de mensagens instantâneas “WhatsApp” ou telefone.

3.8.3.2. Caso o(s) serviço(s) e/ou produto(s) não corresponda(m) ao exigido, a contratada deverá providenciar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a sua substituição/reparação visando ao atendimento das especificações.

3.8.3.3. Todas as despesas com transporte, entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

3.8.3.4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o município perante a contratada, sendo desta a responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a aquisição.

CLAUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Valor

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ 108.999,96 (Cento e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, para um período de 12 (doze) meses, a consumir anualmente. O valor estimado mensal é de **R\$ 9.083,33 (Nove mil, oitenta e três reais e trinta e três centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após o devido protocolo da nota fiscal no Departamento de Contabilidade desta Prefeitura Municipal;

5.2.2. A nota fiscal deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

5.2.3. O Departamento de Contabilidade da Prefeitura de São Gotardo, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

5.2.4. O pagamento devido pela Prefeitura de São Gotardo será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

5.2.5. Dos valores a serem pagos à Contratada, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da Lei.

5.2.6. Contratante exigirá da Contratada, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à Nota Fiscal, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho.

5.2.7. Caso a Contratada goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração.

5.2.8. Após apresentada a referida comprovação, a Contratada ficará responsável por comunicar ao Contratante qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do Ajuste.

5.2.9. A documentação mencionada acima, que é imprescindível para a efetivação do pagamento, deverá ser fornecida juntamente com a Nota Fiscal.

5.2.10. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

5.2.11. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do (Decreto nº 215, de 25 de setembro de 2002 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

5.2.12. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto nº 215, de 25 de setembro de 2002, c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

6.2. Considera-se data do orçamento estimado o mês da conclusão da pesquisa de preços definitiva que deu ensejo ao valor previsto para a contratação.

6.3. Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e o mês anterior ao seu aniversário.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, tendo como limite máximo a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do orçamento estimado.

6.4.1. Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.4.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

6.5. Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. A Contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pela Prefeitura Municipal, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

7.1.2. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o objeto deste Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista neste tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO.

7.1.3. Manter entendimentos com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, objetivando evitar transtornos e atrasos na entrega dos produtos.

7.1.4. Manter, durante o período do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

7.1.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;

7.1.6. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos necessários à perfeita execução do

objeto deste Contrato.

7.1.7. Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

7.1.8. Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade.

7.1.9. Providenciar a substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do(s) produtos(s) que apresentarem defeito, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;

7.1.10. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

7.1.11. A empresa contratada para o fornecimento dos testes, deverá fornecer material para aproximadamente 3.000 testes por mês;

7.1.12. O analisador hematológico, cedido através de comodato, deverá ser totalmente novo, com embalagem lacrada, instalado e calibrado;

7.1.13. A empresa contratada deverá entregar o aparelho no local indicado, montado e instalado, com treinamento para toda equipe.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da compra, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

7.2.2 Emitir, por meio do Setor de Compras, Pedido de Compra;

7.2.3 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

7.2.4 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir sua obrigação dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;

7.2.6 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

7.3. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 63, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 63, de 2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.7. A Secretária Municipal de Saúde, juntamente com a coordenadora do laboratório atuará como gestor/fiscal do contrato.

7.3.8. Compete a Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a coordenadora do laboratório, a fiscalização e acompanhamento do presente Contrato, incluindo a qualidade do atendimento e qualidade do produto fornecido. Será designado um servidor (a) responsável pelo

laboratório, devidamente autorizado a solicitar o setor de compras a lista de mercadoria em forma de memorando.

7.3.9. Compete ao Setor de Compras expedir a nota autorização de fornecimento (NAF) à contratada.

7.3.10. Cabe à coordenadora responsável pelo laboratório, o recebimento da mercadoria a conferencia do produto e nota fiscal.

7.3.11. O setor responsável pelo recebimento (coordenadora do laboratório) da mercadoria deverá encaminhar a nota fiscal devidamente liquidada ao setor de contabilidade desta prefeitura.

7.3.12. Nos termos do art. 117 Lei n. 14.133/2021, será designado representante do Laboratório Municipal para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

7.3.14. É direito da fiscalização rejeitar quando entender que se encontra fora das especificações do Termo Contratual.

7.3.15. À fiscalização compete, dentre outras atribuições:

- a) Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à Contratada;
- b) Solicitar à Contratada ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do fornecimento;
- c) Acompanhar, avaliar e atestar o recebimento entregues pelo Fornecedor, indicando as ocorrências que inviabilizem o recebimento;
- d) Verificar a necessidade de aplicação das sanções administrativas;

e) Encaminhar à autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência; e,

f) Zelar para que o objeto do Ajuste seja fielmente executado conforme o pactuado.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

8.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

8.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

8.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5.1 A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

8.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

8.6.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.6.1.1. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

8.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

8.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

8.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

8.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 63, de 2023, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

10.2. Comete infração administrativa, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou instrumento equivalente;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(3) compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;

II – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

III – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

- IV – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- V – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;
- VI – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- VII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- VIII – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- IX – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- X – utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XI – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- XIII – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XIV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de a Contratada enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XV – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVI – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

e) O atraso superior a (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

10.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

10.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: 00901- 02 010 002 10 302 0112 2249 33903900 – Manutenção do Laboratório Municipal

Fonte :500, 600 ou 621

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos municipais nº 62, de 28 de março de 2023 e 63, de 28 de março de 2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- a. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- b. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- c. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- d. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo

próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O foro da justiça estadual na comarca de São Gotardo/MG é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

SÃO GOTARDO , de..... de 2024

DENISE ABADIA PEREIRA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São Gotardo – MG
Contratante

DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO
Secretaria Municipal de Saúde

Nome do representante legal da Contratada
Razão social da Contratada

